

Avaliação Escolar Voltada Para Uma Qualidade de Ensino

José Aparecida de Freitas

RESUMO: Este artigo volta-se para a análise da prática avaliativa do professor de ensino fundamental. O enfoque do texto traduz-se na ação do supervisor escolar junto ao corpo docente, no sentido de promover a reflexão sobre o tema, tendo em vista uma proposta de avaliação que vise à qualidade de ensino na escola pública.

ABSTRACT: This article has been dedicated to an analysis of the evaluative practice of the elementary school teacher. The emphasis of the text is in the supervisor's action next the teaching staff, in the meaning of promoting the reflection about the theme: an evaluation proposal that means a quality teaching in the public school.

Introdução

Muitas são as dúvidas e dificuldades enfrentadas pelos professores quando se inicia uma reflexão sobre avaliação educacional. Exclusão e repetência são quase que unanimidade dentre esses problemas. Importa saber quais as causas das mesmas.

Analisando mais aprofundadamente o assunto, observa-se que o problema maior para a educação pública do Brasil é a pouca aprendizagem dos estudantes, a falta de qualidade do ensino. Frente a isso, o papel do supervisor junto ao trabalho do professor nas escolas não pode eximir-se do compromisso com a realização de estudos sobre o tema, buscando uma reconstrução da prática da avaliação, que deve se voltar para uma preocupação exclusiva do professor com a qualidade da aprendizagem de seus alunos, continuamente.

Qualidade em educação e avaliação

A escola, como a reconhecemos hoje, estabeleceu-se juntamente com o capitalismo. A partir da Revolução Industrial, a função primordial das instituições de ensino passa a ser a formação de mão-de-obra para a indústria. Além da instrução, o aluno deveria receber preparação para a ordem, o ritmo, o controle, a hierarquia.

Ferramenta essencial para realizar tal tarefa é a avaliação escolar. Através da reprovação, o sistema educacional elimina alguns indivíduos da corrida pelas conquistas

sócio-econômico-culturais, rotulando-os de “inaptos” ou “incapazes”. (VASCONCELLOS, 2001)

O conhecimento das raízes do problema da avaliação escolar (de base sócio-econômica e também política e cultural) que se constituem em passado e presente da educação, é fundamental para uma tomada de posição dos professores frente à confusão que deforma a avaliação da aprendizagem atualmente: avalia-se para dar uma nota ao aluno, somente.

No percurso da educação, a avaliação do aluno e do professor tem sofrido alterações conforme o momento histórico ao qual se insere. Madalena Freire (1997), divide em três grandes blocos as concepções de educação até a atualidade: *a concepção de educação autoritária* (transmissão do conteúdo pelo professor, que deve ser devolvido a ele, pelo aluno, na prova); *concepção espontaneísta de educação* (avaliação centrada na troca de experiências sobre conteúdos não-sistematizados e na auto-avaliação) e *a concepção de educação democrática* (equilíbrio entre autoritarismo e espontaneísmo, buscando uma avaliação preocupada com a aprendizagem do aluno).

Na tendência democrática, ainda em construção, a avaliação não pode ser analisada isoladamente de todo o contexto formativo da educação. A formação do aluno, por sua vez, envolve o desenvolvimento da criticidade, da autonomia, da emancipação: essa é a qualidade de ensino que se busca (ou se deveria buscar) nas escolas de hoje.

Não se trata, em hipótese alguma, de abandonar o ensino de conteúdos conceituais e passar a trabalhar apenas com conteúdos atitudinais. Trata-se de unir o ensino de conteúdos à formação ética dos educandos, unir a prática à teoria, a autoridade à liberdade, a ignorância ao saber. (FREIRE, 1999)

A qualidade da ação educativa está vinculada à formação do aluno para a cidadania, para a vida.

Prática da qualidade refere-se, pois, à competência inovadora e humanizadora de um sujeito histórico, formalmente preparado. Manejar e produzir conhecimento é a força inovadora primordial, que decide, mais que outros fatores, cidadania e competitividade. (DEMO, 1995, p. 47)

A prática da avaliação, como hoje ainda é preservada em muitas escolas, ou seja, classificatória, excludente, como um fim e não um meio, deixa de contribuir para a

qualificação do ensino. Para verificar como se dá esse processo, analisando a prática didático-pedagógica do professor de ensino fundamental de uma escola pública do município de Venâncio Aires, tenta-se observar se essa prática contempla uma proposta de avaliação educacional que vise à qualidade de ensino.

A metodologia utilizada para tal propósito é de caráter qualitativo. As técnicas apropriadas à abordagem escolhida são a observação e a entrevista estruturada. Da participação dos docentes emergem as seguintes categorias de análise:

- *A escola como espaço de formação do aluno para a vida:* não há dúvidas entre os educadores de que na escola deve-se aprender a viver. Aprender a conviver. Conforme Paulo Freire (1999), é preciso respeitar a dignidade, a autonomia e a identidade em processo do educando. Isto exige uma reflexão crítica do próprio fazer com os alunos.
- *Qualidade em educação voltada para a formação de um aluno crítico e transformador da realidade, agente de sua própria aprendizagem:* a formação para a cidadania é sinônimo de qualidade de ensino, na opinião dos professores.
- *Avaliação da aprendizagem como articuladora do processo educativo de qualidade:* o ato de avaliar os estudantes é um aliado da qualidade de ensino, se configurado em um processo de análise da evolução discente, para assegurar novas oportunidades de construção do saber.
- *Distanciamento entre as teorias da avaliação e a prática avaliativa dos professores:* a confusão que se liga ao tema “avaliação” tem sua origem na distância que existe entre a teoria (que os professores demonstram conhecer) e a prática em sala de aula, na qual a avaliação ainda se resume a provas ou trabalhos para se dar notas aos alunos.

Quanto à concepção de educação que os professores adotam, embora não tenham nomeado nenhuma, pode-se considerar mais adequada às suas falas a concepção democrática de educação, pois objetiva a um ensino-aprendizagem realizado a partir da relação dialógica entre educador e educando.

Concepção de educação: educação como direito de todos; educação transformadora e libertadora; democratização da escola através da participação e formulação das ações educacionais; educação com caráter humanista. (Professora – Questionário de Coleta de Dados)

Cabe analisar, no entanto, as respostas dos professores em contrapartida com as suas práticas, observadas durante esse trabalho. Na sala dos professores, enquanto fazem seus intervalos, são constantes os comentários quanto à preocupação exclusiva com a transmissão de conteúdos; as queixas de que não se sabe mais o que fazer com certos alunos, pois são desinteressados, indisciplinados, ou seja, há um certo desacordo entre o que “discursam” e a maneira como “agem”.

Nesse sentido, sente-se necessária a intervenção de um profissional que auxilie esses professores a se situarem em suas concepções pedagógicas, a terem certeza de qual papel realizam em sala de aula, para que não sejam democráticos em sua teoria e autoritários em sua prática. Cabe à supervisão escolar oferecer subsídios para que o corpo docente desperte para a inovação, para a reflexão sobre seus métodos de trabalho, através da formação continuada na escola, com reuniões, grupos de estudo sobre autores específicos, oficinas ou outros meios encontrados pela comunidade escolar para pensar sobre seus problemas e buscar soluções.

A avaliação como articuladora do processo

A avaliação escolar, quando apenas classifica o aluno em “reprovado” ou “aprovado”, torna-se um mero julgamento de um estágio em que o aluno possa estar. A avaliação da aprendizagem não ocorre de forma efetiva, pois lhe falta a função deflagradora da atenção do professor em procurar atender o aluno de maneira que ele aprenda o que ainda não construiu em sua aquisição do saber. É o processo, o acompanhamento da evolução da construção de conhecimento pelo aluno que importa.

Hoffmann (2001), trata da questão sob o enfoque da *avaliação mediadora* que, segundo ela, configura-se na intervenção do professor no período intermediário às atividades de produção do aluno em sala de aula, tendo em vista o auxílio do mestre em relação às dúvidas e conhecimentos ainda não elaborados pelos estudantes.

O interesse em que o aluno aprenda, acima de tudo, evidencia-se também na obra de Luckesi (1995), na qual o autor defende como encaminhamento de uma forma de avaliação da aprendizagem a *avaliação diagnóstica*. Segundo ele, para não ser autoritária e conservadora, a avaliação terá de ser um instrumento dialético do avanço, da identificação de novos rumos.

Já Saul (1991), com o paradigma da *avaliação emancipatória*, pretende conscientizar os envolvidos com a avaliação escolar de que esta tem como compromisso principal a transformação social, conseguida através da formação do cidadão crítico e emancipado, ou seja, capaz de buscar seu espaço na sociedade.

A avaliação escolar, igualmente, com a LDB de 1996, passou a ser analisada por critérios que privilegiam a investida em favor da qualidade do ensino:

Art 24 – A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de acordo com as seguintes regras comuns:

(...)

v – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; (BRANDÃO, 2003, p. 69-70)

A avaliação, desta forma, deve ser contínua e cumulativa, ou seja, deve-se verificar dia-a-dia se o aluno construiu conhecimento em aula e se há uma evolução do mesmo em relação ao saber. Além disso, os aspectos qualitativos devem prevalecer sobre os quantitativos, o que reforça a intenção de que o aluno realmente aprenda a pensar, elabore e pesquise para seu aprimoramento intelectual e não apenas para conseguir notas. Outro ponto importante desse artigo da LDB é a visão de avaliação como processo e não como um ponto final de algum assunto estudado.

O que ocorre atualmente na maioria das escolas, no entanto, é uma confusão de mitos e crenças sobre avaliação, numa tentativa de seguimento ao que determina a legislação vigente. Na escola alvo dessa pesquisa, através dos questionários distribuídos aos professores e da observação da realidade dos docentes, pode-se apontar a necessidade de uma profunda discussão sobre o tema avaliação.

Há, na escola, os mais diversos critérios avaliativos sendo praticados pelos professores, conforme as afirmações destes nos questionários. Todos afirmam que há uma proposta avaliativa na instituição, que consta no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar. Porém, a maioria se restringe a essa afirmação, apenas, sem demonstrar em que termos deve se desenvolver a avaliação na escola. Os poucos que o fazem consideram a proposta avaliativa ideal, mas não praticada na realidade.

Nossa proposta de avaliação é com a nota do 3º trimestre preponderando como nota anual. Considero uma avaliação ideal se considerarmos que avaliaríamos todo o processo com o 3º trimestre, considerando o crescimento acumulado do aluno durante o ano, avaliando a sua evolução dentro de cada área, mas no meu ponto de vista, vejo que, no papel está uma avaliação ideal, mas na prática, a maioria dos professores avalia especificamente o conteúdo do 3º trimestre e não o crescimento do aluno como um processo de todo o ano letivo. (Professora – Questionário de Coleta de Dados)

O embasamento teórico que deveria nortear a forma como os professores avaliam não é identificado por eles nas respostas fornecidas: “Baseio-me naquilo que considero importante para minha aula”. (Professora – Questionário de Coleta de Dados)

Aqueles que afirmam possuir uma teoria por trás de suas ações avaliativas não especificam qual é a corrente teórica na qual se baseiam:

A avaliação inclui valores e princípios que refletem uma concepção de educação, entende-se que avaliar deve ser a conjugação de uma visão global das idéias, considerando-se as ações pedagógicas não como atividades desvinculadas, mas como um todo, encarando a educação como uma experiência que apresenta contradições, movimentos e conflitos. (Professora – Questionário de Coleta de Dados)

Como se pode observar, há uma evidente falta de unidade quanto à concepção de avaliação da escola, ficando, na prática, a cargo de cada professor criar seus próprios critérios avaliativos.

A mudança possível

A avaliação, como articuladora do processo qualitativo de aprendizagem, está intimamente ligada à evolução contínua e integral dos estudantes, em todos os momentos do ato pedagógico. Para avaliar de forma sensata a aprendizagem dos alunos, é preciso diferenciar *Aprendizagem Significativa* de *Aprendizagem Mecânica*:

A aprendizagem significativa é o processo pelo qual uma nova informação se relaciona de maneira não arbitrária e substantiva (não-literal) à estrutura cognitiva do aprendiz. À aprendizagem significativa, assim, se contrapõe a aprendizagem mecânica ou democrática, quando, nesta última, as novas informações são adquiridas sem interagir com conceitos relevantes existentes na estrutura cognitiva. (ANTUNES, 2001, v.2, p. 15)

O conhecimento é construído, portanto, quando o aluno faz “ganchos”, relações entre os saberes já existentes em sua mente e aqueles propostos ou transmitidos pelo professor. É necessário, então, que o mestre pesquise quais são os conteúdos da vida

desse estudante, suas emoções e interesses. A partir daí, pode interagir com o educando, para que este sempre amplie seus conceitos, realmente aprendendo.

O processo de avaliação da aprendizagem significativa do aluno, entendido aqui como parte intrínseca do fazer cotidiano das aulas, pode configurar-se, segundo Antunes (2001) em:

- uso em todas as aulas e em provas das habilidades operatórias (analisar, sintetizar, descrever, classificar, enumerar, conhecer, relatar, concluir, criar, interagir, etc);
- um despertar do aluno para as múltiplas linguagens possíveis de serem usadas para a compreensão de uma idéia;
- uma releitura das informações através do manejo consciente do universo vocabular do estudante;
- uma eleição dos macro objetivos de cada capítulo, eixo temático ou conteúdo a ser trabalhado;
- contextualização espacial e temporal de todos os temas trabalhados;
- uso na sala de aula dos princípios da reversibilidade (do começo ao fim e do fim ao começo) e da divergência (pensamento divergente e convergente);
- uma avaliação pelo ótimo, ou seja, uma avaliação consciente, o progresso que o aluno revela no uso de conexões, no emprego de habilidades, no poder de construir novas contextualizações, na sensibilidade para perceber linguagens diferentes;
- uso de estratégias pedagógicas empolgantes e diversificadas.

Vale afirmar, no entanto, que para transformar a avaliação escolar, em primeiro lugar, é necessário o compromisso, a vontade política do educador, para que não se adotem posturas inadequadas, como o *voluntarismo* (se cada um fizer a sua parte tudo se resolve...) ou o *determinismo* (o problema é estrutural, é do sistema, não adianta fazer nada...). Precisa-se partir da prática, como um desafio; refletir sobre ela, crítica e coletivamente; e transformá-la, sistematizando ações rumo à direção desejada. (VASCONCELLOS, 2001)

Esse conjunto de ações implica em um efeito prático sobre a avaliação, tanto na forma de trabalho do professor (organização de recuperação paralela, retomada de assuntos, transformação na metodologia em sala de aula, atenção especial aos alunos que têm maior dificuldade, etc), quanto da escola (condições de trabalho, equipamentos e espaço físico adequados, revisão de currículo, reuniões de estudo e integração entre professores, etc) e do aluno (empenho maior em estudar e informar-se, esforço maior nas matérias em que tem dificuldades, participação efetiva nas aulas, etc). (VASCONCELLOS, 2001)

O corpo docente, sob orientação da equipe diretiva da escola, em especial da supervisão escolar, necessita, após refletir sobre as formas de avaliação que estão sendo realizadas na instituição, formular uma proposta avaliativa para ser seguida pelo grupo. Nessa proposta, em conformidade com a legislação vigente e com o Projeto Político-Pedagógico da escola, devem constar os critérios pelos quais se organizará a avaliação no âmbito do educandário, quanto ao princípio político-social ao qual a escola se propõe; às funções da avaliação da aprendizagem; aos instrumentos e registros de avaliação; às formas de recuperação, dentre outros pressupostos que possam nortear o ato de avaliar.

Certamente muitas dúvidas surgem nesse momento: quais os instrumentos avaliativos mais adequados? A forma de registros adotada pela escola é apropriada à tipologia avaliativa escolhida? Como avaliar sem classificar? Para que essas questões sejam respondidas, é necessário que se leia a teoria sobre o tema. É uma oportunidade para a supervisão indicar livros de autores que dissertam sobre a avaliação como um processo de aprendizagem constante. Debates sobre as obras também podem ser realizados.

À medida que o corpo docente vai adquirindo confiança em seus objetivos e propósitos, as mudanças que se observarem necessárias na proposta avaliativa da escola podem ser realizadas. Porém, mais importante do que mudar os planos escritos é mudar a prática.

Melchior ressalta que

É importante que se estabeleça, na instituição escolar, um ambiente que queira se qualificar, que não considere a avaliação uma forma de evidenciar erros, mas uma forma de qualificar as ações e melhorar a

atuação de cada um e as relações entre as pessoas que buscam objetivos comuns. (MELCHIOR, 2001, p. 26)

O trabalho com o grupo de professores, no sentido de qualificar a prática docente, é função do supervisor escolar. A ele competem o acompanhamento do planejamento, da execução e da avaliação da ação dos professores. Desta forma, são atribuições do supervisor: dirigir reuniões, coordenando um grupo de trabalho; formar e renovar equipes; enfrentar situações de problemas profissionais, administrando conflitos. (MELCHIOR, 2001)

A reflexão sobre a avaliação em uma escola deve partir da realidade na qual ela se encontra, para isso necessita de que os professores estejam dispostos a estudar aprofundadamente a questão. A condução desse trabalho está nas mãos de um líder: o supervisor.

A supervisão escolar faz parte de grupo de professores e sua ação realiza-se como uma ação de grupo, dirigindo-se ao ensino e à aprendizagem, visando a qualificação tanto de um como de outro. No entanto, a qualidade será alcançada se o supervisor conseguir fazer com que estes objetivos passem a ser objetivos dos professores, pela compreensão da importância dos mesmos. Daí a necessidade de o supervisor ser um líder realmente. (MELCHIOR, 2001, p. 68)

Nesse sentido, é preciso ressignificar a noção de avaliação. À supervisão escolar cabe o acompanhamento de todo o processo avaliativo desencadeado pelos professores junto aos alunos, para garantir como prioridades para um desempenho qualitativo: atividades que denotam espírito crítico e criativo; pesquisas; participação ativa dos segmentos da comunidade escolar no processo educativo; evolução crescente da capacidade de autonomia construtiva e participativa, principalmente o manejo de conhecimento com o objetivo de inovar a realidade. (DEMO, 1995)

Considerações finais

A avaliação escolar, realmente, precisa de novas perspectivas para sua existência. Pode-se apontar, nesse intento, a tendência de que a avaliação da aprendizagem dos alunos passa por determinados princípios transformadores:

- a avaliação não deve ser um fim em si mesma e sim um indicador do rendimento do aluno, para futuras tomadas de posição deste e do professor frente às dificuldades de aprendizagem;

- o profissional da educação não é o único responsável pelo fracasso dos estudantes, mas transferir essa responsabilidade apenas para os alunos também não soluciona o problema. Os professores devem comprometer-se com a construção do conhecimento, que envolve a interação entre educador e educando;
- a avaliação, para ser resignificada, voltando-se para a qualificação do ensino, precisa ser refletida, estudada, questionada pelos professores nas escolas;
- à supervisão escolar cabe o encaminhamento do processo de reflexão sobre a prática avaliativa dos docentes, trabalhando com eles para garantir a qualidade da educação.

A qualidade do ensino e a avaliação escolar estão interligadas, a todo o momento, no ato pedagógico, uma vez que não há qualidade educativa sem aquela ocasião em que o professor verifica se o seu aluno realmente aprendeu, para junto com o aprendiz construir o que ele ainda não sabe.

A supervisão escolar, quando consegue despertar o quadro de professores para a renovação do saber, através do trabalho em equipe, deve interagir junto à prática avaliativa do professor em sala de aula. Não se fala, aqui, do supervisor que fiscaliza, aponta erros do professor, como se fosse o dono do conhecimento. Fala-se, sim, da supervisão que, em conjunto com o mestre, busca alternativas para qualificar o processo de ensinar e de aprender. Tanto mais o supervisor terá êxito em seu intento quanto melhor relacionar-se com o grupo de educadores, questionando sempre, instigando à inovação, oferecendo bibliografias, integrando-se ao trabalho docente na busca pela qualidade no ensino.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Celso. *Como transformar informações em conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001, v.2.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *LDB passo a passo*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. São Paulo: Avercamp, 2003.

DEMO, Pedro. *Educação e qualidade*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

FREIRE, Madalena (et al). *Avaliação e planejamento: a prática educativa em questão*. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora. Uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 19. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. São Paulo: Cortez, 1995.

MELCHIOR, Maria Celina (Org). *Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora*. Porto Alegre: Premier, 2001.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1991.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2001.